



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15864 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PERSPECTIVA SOCIOPOLÍTICO-PEDAGÓGICA:
SUPERAÇÃO DO REINCIDENTE QUADRO LIBERAL-PSICOLÓGICO**

Antonio Serafim Pereira - UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

**ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PERSPECTIVA SOCIOPOLÍTICO-
PEDAGÓGICA: SUPERAÇÃO DO REINCIDENTE QUADRO LIBERAL-
PSICOLÓGICO**

RESUMO: o presente trabalho decorre da interpretação/reflexão das atribuições do orientador educacional preconizadas nos planos de carreira do magistério da rede pública de três municípios do litoral norte gaúcho. A análise empreendida buscou responder à seguinte questão: atribuições elencadas nos planos de carreira contemplam os princípios da perspectiva sociopolítico-pedagógica da orientação educacional? Objetivamos, por conseguinte, identificar, nos documentos em apreço, evidências e/ou indícios dos princípios da tendência mencionada (inserção na realidade, pedagógico, ação participativa, transformação social), como forma de subsidiar a reflexão concernente aos avanços, permanências e desafios da orientação educacional nas escolas. A análise de conteúdo revelou, no entanto, a reincidência hegemônica dos princípios da perspectiva liberal-psicológica nas atribuições indicadas nos planos de carreira (individualização, assistência, ajustamento, integração, ação suplementar, apoio pedagógico). Estímulo reafirmativo ao caminho conservador que, historicamente, os profissionais da área têm sido chamados a trilhar. Quadro, no entanto, com chances de ser amenizado, de certa forma, pela indicação de que o orientador participe da elaboração do projeto global da escola e articule o planejamento de seu trabalho às determinações desse dispositivo, que, a nosso ver, tende a se revestir de significativa relevância, se for entendido como espaço de discussão crítico-reflexiva e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação educacional. Atribuições. Perspectiva. Liberal-psicológica. Sociopolítico-pedagógica.

O envolvimento em situações de discussão/formação em três municípios do litoral norte gaúcho demandou a necessidade (também interesse) de acesso aos planos de carreira do magistério público municipal, especialmente, no que se refere às atribuições do orientador

educacional, por conta de nossa atuação na área como profissional, formador e pesquisador. Tal acesso nos suscitou acorrer ao estudo realizado, nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sobre a percepção dos gestores, supervisores, professores, alunos e orientadores educacionais a respeito da prática da orientação por sua relevância científica e socioeducacional à época da sua realização, bastante atual ainda hoje (PEREIRA, 1990).

A referida pesquisa buscou analisar/compreender a prática da orientação educacional nas escolas públicas participantes concernente aos princípios da perspectiva sociopolítico-pedagógica da educação, a saber: inserção na realidade, pedagógico, ação participativa, transformação social. Visão que vinha se plasmando em decorrência das contradições vividas pelos orientadores quanto à perspectiva liberal-psicológica predominante em suas práticas, que estava a demandar a superação da orientação acrítica-alienada em prol de fortalecida posição crítico-transformadora. Superação necessária, com vistas a questionar/denunciar os princípios dessa abordagem (individualização, assistência, ajustamento, integração, ação suplementar e apoio pedagógico), que conformavam a orientação educacional a pensar o homem e a educação como entidades individuais, consideradas fora das condições sociais reais que as determinavam. Isto é, o homem tido como caso individual; a educação como bem particular, uma conquista pessoal (GADOTTI, 2004).

Isso porque o princípio da individualização, consoante com a visão de homem portador de características individuais, que se desenvolvem naturalmente, demanda que a orientação educacional se incumba de atender e/ou disponibilizar estratégias que favoreçam particularizar, individualmente, o processo educativo. A assistência, considerando as possíveis fragilidades e vulnerabilidade das pessoas, traduz-se como princípio a respaldar ações da orientação com vistas a ajudar, auxiliar e proteger o aluno em suas carências e dificuldades. O ajustamento, por sua vez, caracteriza o papel adaptador da orientação educacional no sentido de promover e facilitar a harmonia/conciliação no contexto da escola, da família e sociedade como um todo. O princípio da integração se impõe para o orientador na determinação de ações colaborativas e compartilhadas, envolvendo a equipe escolar e a integração família-escola. A ação suplementar afirma a orientação como prestação de serviço acionada, emergencialmente, para atender aos alunos com dificuldades especiais, encaminhadas pelo docente ou por iniciativa de outros. O apoio pedagógico, por sua vez, revela-se mais na condição de assessoria da orientação educacional ao fazer docente, visando garantir a excelência do desempenho dos alunos nos estudos e aprendizagem (PEREIRA, 1990).

Mobilizava, assim, os profissionais da área a enfrentar o desafio de rever seus posicionamentos iniciais e a redefinir-se, no confronto diário com a realidade, pela transformação social e da escola. Ou seja, a contestar os reducionismos técnicos a que sempre estiveram enredados e a se dedicar, por conseguinte, no debate/embate relativo às questões do *porquê, para quê e para quem* trabalham (TAVARES, 1986), em defesa de um projeto político-pedagógico comprometido com uma escola crítica e de qualidade, engajada na luta

pela decolonialidade e emancipação do povo (DUSSEL, 2005). Isto é, uma orientação educacional interdisciplinar comprometida com o currículo crítico e pós-crítico (SANTOMÉ, 1998; SILVA, 2013), conectada à democratização real da escola, em defesa do direito à educação (perspectiva sóciopolítico-pedagógica). Uma orientação sintonizada com o princípio da inserção na realidade, visando a educação contextualizada, criticamente, a um tempo e lugar concretos. Articulada, também, ao princípio pedagógico na mobilização global da escola no sentido de pensar, refletir e propor, coletivamente, o currículo escolar historicizado, amparada nos princípios da ação participativa e transformação social (HILGERT, 1987).

De posse e leitura preliminar dos documentos citados, passamos a questionar: as atribuições elencadas, nos planos de carreira das redes de ensino em questão, contemplam os princípios da perspectiva sociopolítico-pedagógica da orientação educacional? Objetivamos, por conseguinte: a) identificar, no material disponível, evidências e/ou indícios dos princípios da tendência mencionada como forma de subsidiar a reflexão concernente aos possíveis avanços, permanências e desafios da orientação educacional nas escolas; b) relacionar as apreensões decorrentes com os achados oriundos do processo investigativo de 1990 aludido (PEREIRA, 1990).

O presente estudo, por suas peculiaridades, configura-se como qualitativo do tipo descritivo relacional (TRIVIÑOS, 1995), visando responder ao problema de pesquisa enunciado, mediante o alcance dos objetivos definidos para tal. No caso dos planos de carreira do magistério considerados, a análise de conteúdo (BARDIN, 2014), a que foram submetidos, incidiu, primeiramente, como óbvio, sobre a perspectiva sociopolítico-pedagógica. Deste modo, isolamos e agrupamos os temas comuns pertinentes a este enfoque, que, além disso, nos favoreceu evidenciar, circunstancial e concomitantemente, princípios correspondentes à perspectiva liberal-psicológica. Cabe salientar, que os planos de carreira, pertencentes aos três municípios do litoral norte gaúcho, serão identificados apenas por LNA, LNO e LNT, visando salvaguardar a privacidade das secretarias de educação.

O passo seguinte se constituiu na relação dos dados inferidos com as conclusões apresentadas na pesquisa mencionada (motivação e referência) sobre a coerência entre a teoria e a prática da orientação educacional relativa aos princípios da perspectiva sociopolítico-pedagógica (PEREIRA, 1990). Cotejo que nos possibilitou refletir/aprofundar sobre consensos, permanências recorrentes. Também dissensos, conflitos e desafios necessários à orientação educacional como prática transformadora e emancipadora em defesa da inclusão das diferenças na educação; contrária ao silêncio dos excluídos, que, pela despolitização das relações sociais, tem, muitas vezes, camuflado desigualdades culturais, raciais e de gênero (HOOKS, 2020). Passemos, então, à descrição/discussão do que se conseguiu captar até aqui na relação com o estudo tomado como referência, produzido a mais de 30 anos.

De início, vale dizer, que a pesquisa mencionada, não confirmou, de todo, a coerência da orientação educacional aos princípios da perspectiva sociopolítico-pedagógica. Inferiu, isto

sim, que a atuação do orientador, na época, estava mais relacionada à assistência e ajustamento dos alunos inadaptados a si, à escola e sociedade. Também que suas relações com os profissionais da escola se situavam mais próximas aos chamados problemas dos discentes (comportamento e dificuldades de aprendizagem). Discussões sobre currículo e formação, numa dimensão crítica e pós-crítica, rarefeitas/ínfimas. Ou seja, relações entre eles se restringiam a colaborações/participações superficiais com vistas a solução de problemas. Concentrando-se nos casos-problema dos estudantes, a orientação, na fala dos participantes da pesquisa, se mostrou mais articulada aos princípios da perspectiva liberal-psicológica, pelo reforço às moderações, adaptações e ajustamentos mantenedores do sociocultural vigente. Tal achado, na época, inspirou a reflexão acadêmica em prol de uma orientação educacional, que avessa a paternalismos e defesas justificadoras, empreendesse ações educativas necessárias, possibilitando aos alunos desvelar a realidade social e suas contradições. Sem implicar, evidentemente, em se despir de seus conceitos históricos, mas atribuir-lhes significados novos, pensados sob a ótica de uma escola, cujos alunos, que nela entram, permaneçam e se constituam transformadores do social.

No que diz respeito aos planos de carreira, a análise efetivada, salvo melhor juízo, revelou a reincidência hegemônica dos princípios da perspectiva liberal-psicológica nas atribuições prescritas, com ênfase na individualização, assistência, integração e apoio pedagógico, reafirmando o caminho conservador que, historicamente, os profissionais da área têm sido chamados a trilhar, conforme demonstrado na pesquisa de 1990. São evidências marcantes da individualização: promover o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando (orientação vocacional); realizar entrevistas e aconselhamento; sistematizar informações necessárias ao conhecimento do aluno (LNA, LNO, LNT). Da assistência se pode destacar: assistir aos alunos, mediante acompanhamento e/ou encaminhamento a outros especialistas os que exigirem assistência especial (LNA, LNO, LNT). Representativa do apoio pedagógico é a atribuição de acompanhar o trabalho dos professores, orientando na identificação de comportamentos e aprendizagem dos alunos e selecionando alternativas de solução a serem adotadas (LNA, LNO, LNT). Quanto ao princípio da integração, captamos o sentido de compartilhamento e colaboração, assim expresso: trabalhar com a integração escola-família comunidade (LA, LNO); integrar-se à equipe escolar (LNT). Este quadro, no entanto, tem chances de ser amenizado pela indicação nos planos analisados de que o orientador educacional participe da elaboração do projeto global da escola e articule o planejamento de seu trabalho às determinações desse dispositivo, que, a nosso ver, tende a se revestir de significativa relevância, se for entendido como espaço de discussão crítico-reflexiva e democrática. Notadamente, reivindicando um currículo com foco primordial no ensino — não ensino qualquer — em desfavor da ênfase na assistência, enquanto sujeição/dependência (SARLO, 2012).

Nossa defesa é que a orientação educacional necessária (fundamentada na perspectiva sociopolítico-pedagógica) deva comprometer-se com uma educação democrática nos mais diferentes sentidos e significações, considerando que os contextos socioeducacionais podem

ser, contraditoriamente, mobilizadores e restritores. Daí, o desafio do orientador em mobilizar a escola para a construção coletiva de um currículo crítico/pós-crítico, emancipador. Assim sendo, ponderamos de bom alvitre, que as interpretações formuladas até aqui, sejam alvo de aprofundamento, pela ampliação das fontes de coleta de dados, a partir das percepções dos próprios orientadores educacionais, incluindo os demais membros das equipes gestora e pedagógica, professores e alunos das escolas municipais, cujas redes foram atingidas por meio dos seus planos de carreira, nos servindo, criticamente, do aprendizado oferecido pela experiência metodológica da pesquisa de 1990. Recontextualizada e atualizada, a bem da verdade!

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 55-70.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2004.

GARCIA, Regina L. Introdução. In: GARCIA, Regina L. (Org.). **Orientação educacional: o trabalho na escola**. São Paulo: Loyola, 1990, p. 9-20.

HILGUERT, Lélia C. **Tendências e perspectivas de orientação educacional**. Porto Alegre: PUC-RS, 1987 (Dissertação de mestrado).

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico, sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

PEREIRA, Antonio S. **Coerência entre a teoria e a prática da orientação educacional**. Porto Alegre, PUC-RS, 1990 (dissertação mestrado).

SANTOMÉ, Jurjo T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SARLO, Beatriz. Escolas. In: GARCIA, Regina L; MOREIRA, Antonio F. B. (Orgs.) **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TAVARES, Otávio A. A. Pressupostos da orientação educacional hoje. **Prospectiva**. Porto Alegre: 2(15: p. 63-66, out., 1986.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.